

**CÂNDIDO, Guida; PERROLAS, Margarida (Coordenação) (2019).** *II Encontro de Cultura e Património na Figueira da Foz. Visita Real de 1882*. Figueira da Foz: Município da Figueira da Foz, Cadernos Municipais, 353 pp., ISBN: 978-989-8903-13-6.

Na génese deste livro encontram-se as comunicações apresentadas no *II Encontro de Cultura e Património na Figueira da Foz. Visita Real de 1882*, realizado em 2018. Enquadrada pelas comemorações do Ano Europeu do Património, a iniciativa científica teve como mote a visita dos monarcas, D. Luís e D. Maria Pia, para a inauguração da linha férrea da Beira Alta, a 3 de Agosto de 1882. Considerada ao tempo a via férrea de ligação à Europa, a Linha da Beira Alta ajudou a desenvolver o turismo local e contribuiu para conferir prestígio à Figueira da Foz como estância balnear. O tema, pela sua relevância e interesse, mobilizou investigadores de várias áreas do saber em torno do impacto social desse acontecimento.

Com cerca de 350 páginas, o livro *II Encontro de Cultura e Património na Figueira da Foz. Visita Real de 1882* foi coordenado pelas técnicas superiores da edilidade figueirense, Margarida Perrolas e Guida Cândido. Este é constituído por um conjunto de onze textos, nos quais se abordam questões políticas, socioeconómicas e culturais da vida da cidade, em meados de Oitocentos, tendo-se recorrido à interdisciplinaridade, à multiplicidade de fontes historiográficas, às diacronias alargadas.

O livro divide-se em quatro partes, precedidas por um texto introdutório da autoria do Presidente da Câmara figueirense. “A vida política, económica, social e cultural na Figueira da Foz no último quartel do século XIX”, “A importância turística e comercial da Linha de Caminho-de-ferro da Beira Alta”, “Comunicação e imprensa na Figueira da Foz durante a visita real de 1882” e “Festas, banquetes e manifestações alimentares na Figueira da Foz no último quartel do século XIX” são os grandes temas que segmentam a obra.

No primeiro eixo temático, o mais longo, abordam-se várias questões que enquadram o período em causa, entendido como um tempo de modernidade, de inovação científica e tecnológica, de que a via férrea constitui um expoente.

Este abre com um texto de Bruno S. Lobo sobre a arquitetura do Bairro Novo de Santa Catarina, desde o ano de 1861, data da fundação da sua empresa construtora, até 1918, ano em que se regulamenta a utilização do betão armado na construção civil (pp. 17-53). Com base, sobretudo, em documentos do Arquivo de Obras Camarário, o autor caracteriza o comprador tipo e a arquitetura do edificado. Define-a como corrente, o que a distancia da arquitetura

de veraneio de outras estâncias balneares da época, nacionais ou estrangeiras, de *chalets* e palacetes, sendo a exceção representada pelo Castelo Engenheiro Silva, sobre o qual discorre. Conclui apelando ao reforço do estudo arquitetónico do Bairro Novo, em particular “no que concerne aos espaços interiores e decorativos” (p. 49).

Irene Vaquinhas aborda a Figueira da Foz da *belle époque*, expressão que se aplica aos últimos anos do século XIX até ao início da I Grande Guerra, associados a uma “certa doçura e alegria de viver”, pelo menos para as elites (pp. 87-109). Reconstitui o dia-a-dia na época balnear e percorre os locais frequentados, as atividades realizadas ou as músicas escutadas, analisando o ambiente recreativo da cidade, muito polarizado em torno do Grande Casino Peninsular, inaugurado em 1895 e divulgado como o “*rendez vous da sociedade elegante*”. Conclui que “[...] a cidade garantia, nos últimos anos do século XIX e inícios do século XX, condições de requinte e de distinção a quem nela veraneava, o que contribuiu para a projetar internacionalmente” (p. 105).

Um dia de verão na Figueira da Foz em 1888, contado através de um relato de viagem do romancista Alberto Pimentel, é o tema do texto de Francisco J. C. Velho da Costa (pp. 111-141). Os fragmentos memorialistas selecionados descrevem espaços, o clima e o quotidiano, detendo-se o autor na *movida* da cidade, ou seja, na agitação noturna dos seus “clubes magníficos”, proporcionando um observatório da cidade num momento muito preciso. Pela sua riqueza informativa, o autor deste texto enaltece os diários de viagem como fonte historiográfica, sugerindo uma leitura comparada com relatos similares para se compreender as metamorfoses do “*genius loci*” figueirense (p. 139).

A biografia política do rei D. Luís e do seu reinado (1861-1889) é o tema desenvolvido por Paulo J. Fernandes (pp. 143-165), no qual se analisa o papel do monarca na “definição da modernidade política do nosso país” (p. 144). Nesse sentido, examinam-se os principais eventos do período pós-Regeneração, enquadra-se a ação do monarca à luz dos poderes constitucionais, concluindo que “D. Luís não se limitou a reinar nem a ser um espetador anónimo do quotidiano político [...], tendo sido um personagem com convicções e deixou-as expressas em atos” (p. 165).

Dois dos textos que completam esta parte da obra abordam as filarmónicas locais. O primeiro texto, de Inês M. Jordão e de Carlos E. Batista, traça a biografia de José Augusto Ferreira da Silva, mestre da Filarmónica Figueirense ao tempo da inauguração da Linha da Beira Alta. Através de vários tipos de fontes, os autores reconstituem o seu percurso biográfico e profissional, a atividade como professor de música, em particular como mestre da Filarmónica Figueirense, concluindo pela “necessidade de avançar no estudo da sua obra

e manuscritos” (p. 81).

O texto de Ricardo M. Santos analisa a relação existente entre a fundação da Sociedade Filarmónica 10 de Agosto e o Caminho-de-Ferro da Figueira (pp. 167-197), e traça o quadro de confrontação política existente ao tempo na Filarmónica Figueirense e que conduziu à fundação da Sociedade Filarmónica 10 de Agosto no ano de 1880. Polarizadas entre regeneradores e progressistas, as duas filarmónicas foram palco de conflitos, politicamente aproveitados, mas com impacto cultural e cívico, “consolidando o seu papel ao serviço da comunidade” (p. 194).

O segundo eixo temático do volume é constituído por um texto de Hugo Silveira Pereira sobre “A visão do outro sobre a Visita Real de 1882” (pp. 201-225). Trata-se do polaco Bronislaw Wolowski que integrou o séquito dos monarcas e que deixou registo escrito dos acontecimentos, dos locais, das pessoas e dos costumes por onde passou ou que conheceu, conciliando elementos informativos com impressões subjetivas. O acolhimento popular aos monarcas singulariza-se, na opinião de Hugo S. Pereira, pelo facto de “fornecer uma visão externa dos acontecimentos” (p. 208), pouco coincidente com as descrições críticas da imprensa do tempo, balizadas pelo prisma ideológico e político.

No 3º núcleo da obra, Guida Cândido reflete sobre a fotografia como fonte histórica e os potenciais riscos da sua instrumentalização. Interroga as fronteiras entre história e ficção e entre veracidade e falsidade na construção do saber histórico, tomando como estudo de caso fotografias da inauguração da Linha da Beira Alta, disponíveis no Arquivo Fotográfico Municipal (pp. 229-251). As comemorações desse evento permitiram revisitar esse núcleo e desfazer “um equívoco histórico” (p. 247) associado a uma foto identificada como retratando a chegada da família real à estação de caminho de ferro da Figueira da Foz.

A última parte desta obra é constituída por três textos sobre a gastronomia e as artes da mesa. O primeiro, da autoria de Ana Marques Pereira, aborda a divulgação do serviço à russa no reinado de D. Luís (pp. 255-289). Partindo da definição do conceito de “serviço à russa”, o qual se aplica, *grosso modo*, à apresentação sequencial das iguarias à mesa, por oposição ao “serviço à francesa” que impunha a visualização simultânea de todos os pratos, a autora discorre sobre as alterações que implicou no serviço à mesa e nos hábitos alimentares, em particular na exigência de menus. Considerado pela autora “uma revolução na arte da cozinha e da mesa” (p. 287), o serviço à russa divulgou-se, no nosso país, nos anos 1880, primeiro na casa real e depois em hotéis e restaurantes.

O segundo texto, de Guida Cândido, versa as refeições da família real, detendo-se no almoço oferecido pela edilidade figueirense, aquando da inauguração

da linha da Beira Alta. Os alimentos consumidos, as influências gastronómicas internacionais, tanto a francesa como a italiana, o gosto pelas *pastas e pelas charlottes*, os menus dos banquetes... O próprio *lunch* na Casa do Paço reflete esses gostos, estando a cozinha local reduzida às “sardinhas da costa”.

O estudo intitulado “A restauração ferroviária na inauguração da Linha da Beira Alta” (pp. 313-350), da autoria de Isabel Drumond Braga, fecha o volume. As estações de caminho de ferro estão no centro da modernidade oitocentista, associadas ao desenvolvimento das comunicações e ao aumento das práticas turísticas, sendo os seus restaurantes geralmente entregues a *buffetiers* estrangeiros, executantes de uma cozinha de matriz francesa. Acompanhando o percurso da linha da Beira Alta, a autora analisa e contextualiza, em termos históricos, os menus, a influência da cozinha internacional versus cozinha local, a disposição dos convivas à mesa, as regras do protocolo. Na sua opinião, uma das “mais significativas alterações no campo da hotelaria deu-se com a criação da restauração ferroviária” (p. 341), espaço de afirmação da cozinha regional.

Em suma: trata-se de uma obra sólida, densa de informação, original e inspiradora de outras tantas leituras e pistas para a continuidade de um debate que está longe de estar encerrado. Será lida com prazer e proveito por todos quantos se interessam pelo desenvolvimento local e a sua fundamentação histórica, pela história do município figueirense, da cultura e, no fundo, pela história global.

IRENE VAQUINHAS

CHSC, Universidade de Coimbra

irenemcv@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1889-165X>